



Júlio Olivares, 37 anos, numa fotografia tirada em São Francisco (EUA), um mês antes da sua morte
FOTO DIREITOS RESERVADOS

“Menti pk meus tios precixavam do €”

Dias após a morte de Júlio, Sílvio confessa ao pai no Messenger que mentiu em relação aos abusos. Os tios, com quem vive, dizem que a conversa foi forjada

Sílvio é um miúdo revoltado. Aos 14 anos, tecla no Messenger como se fosse um puto crescido. Fala à ‘dread do Cacém’ e defende-se com ameaças de luta, algo entre o boxe e o jogo *online* Rumble Fighter. Mas depois de umas frases duras trocadas na Net com o pai, Miguel, a criança ferida vem à tona, com menos dureza, e mais mágoa.

Sílvio diz: “Olha, tu fixeste a minha vida num inferno quando deixaste de nos ir ver”. “E eu n sei pk é k ainda aceito ser teu filho...”

A conversa, longa de linhas, foi em meados de agosto (Miguel mostrou a gravação ao Expresso). Júlio tinha morrido há dias. Sílvio teclava de casa dos tios maternos, com quem vive. Pai e filho não falavam há seis anos. Mas Sílvio e Miguel viram-se antes, à distância, em 2008, quando o miúdo, então com 12 anos, foi ao Tribunal de Sintra acusar o tio Júlio de ter abusado sexualmente dele quando tinha três anos.

Miguel diz: “Um homem morreu pelas mentiras que pregaste... qual era a tua intenção?” “Vais viver a vida envolvido na mentira que pregaste em tribunal? Vais crescer com sentimento de culpa? Ainda podes fazer algo miúdo...”

Apesar da morte de Júlio, Miguel decidiu não desistir de provar a inocência do irmão. E Sílvio era a sua última esperança. Tentou contactá-lo na escola, mas por duas vezes foi impedido. Foi até à casa onde vive o menor, mas não passou da porta — a tia Natália diz que existe uma ordem de afastamento do tribunal. Procurou-o por fim nas redes sociais. Descobriu-o primeiro no Hi5, depois no Facebook, trocaram *emails* e encontraram-se, por fim, no Messenger, para a primeira conversa.

Sílvio foi fugindo ao assunto. Queria falar de motos, de artes marciais, dizer ao pai que lhe podia fazer frente — “eu agora sou capaz d t espetar um enxerto d porrada”. Sempre que o assunto metia julgamento, dava respostas enviesadas. Mas por fim assumiu.

Sílvio diz: “Eu menti pk meu tio disse k o teu irmão fez aquilo. Pk houve alguém k me contou a verdade toda, o meu tio”. “E até me disseram k tu pagaste ao Júlio pa me maltratar. Nessa não akreditei muito”.

Miguel tinha conseguido a primeira confissão. Mas precisava de mais informações, uma denúncia mais completa de Sílvio. Então repetiu, e repetiu uma vez mais a pergunta:

Miguel diz: “Pq mentiste em tribunal, miúdo?” “Contaram não é igual a lembrares-te. Tu não te lembras do que falaste”. “Falaste de pessoas e sítios que o teu tio nunca conheceu”. “A tua intenção era te vingares do teu pai?”

O filho sente-se acossado. Volta a assumir o papel de puto duro.

Sílvio diz: “Ouve s eu souber k tu andas atrás de mim por causa dos 25000 euros k tanto kustaram a conseguir, daí a 4 anos tas feito ao bife”.

O pai insiste. Miguel diz: “Ainda não me respondes pq mentiste em tribunal?”

A gritar (letras maiúsculas), Sílvio diz: “PORRA JÁ TOU FARTO DE DIZER K SO DISSE O K A MINHA TIA MANDOU DIZER E N SABIAMOS K DAVA CANA, SO KERIAMOS DINHEIRO!!!” E depois, mais calmo, Sílvio diz: “O Júlio é k suicidou pk quis. já disse k menti pk meus tios precixavam do € e pk vcs me abandonaram”

Miguel suavizou então a conversa. Agradecido, pediu ao filho para corrigir o erro, mandar um *email* à advogada Maria da Glória Canada a confessar a mentira. E ele aceceu.

Sílvio diz: “Esta história de ter mentido ao juiz... Eu kero resolver isto duma vez por todas, desfazer a mentira mas n tenho permissão para isso dos meus tios”. O *email* nunca chegou.

CRIME

1 A queixa de abusos sexuais foi apresentada em 2005 pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sintra, por intermédio da família de acolhimento com quem os gémeos (Sílvio e a irmã) viviam na altura e a quem o menor terá confidenciado o abuso

2 O crime teria ocorrido em 1998, quando o rapaz vivia com o tio Júlio a pedido do pai, que era então maquinista da CP e sujeito a turnos

3 Sílvio diz ter sido abusado por três tios, incluindo Júlio, numa casa onde via filmes ‘porno’ e onde estava um casal a ter relações sexuais. “Entre silêncios, gestos contidos, respostas afirmativas com a cabeça, olhares tristes e pudores pressentidos, ‘Sílvio’ aludiu aos abusos sexuais”, lê-se na sentença

4 Sílvio descreve os atos com tal pormenor que Júlio acredita que o sobrinho terá sido realmente abusado. A sua suspeita recai sobre os seus dois irmãos deficientes mentais, um deles com antecedentes de agressão sexual

PROCESSO

“O modo vago e pouco pormenorizado como o menor nos descreveu os acontecimentos não nos permite dizer que são credíveis as informações. Por outro lado, possui suficiente maturidade para avaliar factos, pelo que não podemos dizer que não são credíveis”

Relatório de peritagem psicológica feita a Sílvio

“O que foi alegado pelo recorrente não traduz mais do que outra leitura da prova produzida. As mesmas provas admitem uma solução diversa daquela a que chegou o tribunal? É possível. Mas impõem a solução propugnada pelo recorrente? De maneira nenhuma”

Tribunal da Relação de Lisboa, sobre o recurso

Equipa de Morgado tentou salvá-lo

Durante um ano, um inspetor e uma procuradora da Unidade Especial da PGR esforçaram-se para que Júlio voltasse ao país. Chegaram a dizer-lhe que quem investigou também tinha dúvidas

O inspetor da PJ Manuel Carvalho folheia o ‘dossiê Olivares’ para ver a data da última carta que Júlio enviou à Unidade Especial de Investigação da Procuradoria-Geral da República. Fica em silêncio, por momentos. “Acabei de ver que ele nos escreveu no dia em que morreu”, diz em tom baixo. “Agora que a releio percebe-se que tinha desistido. É mais extensa, como que um balanço de tudo”.

Glória Alves, procuradora do Ministério Público, ouve-o resignada. “Fizemos o que era possível. E até mais. Além de todos os esclarecimentos sobre os procedimentos necessários para a revisão da sentença, houve todo um trabalho extra, uma comunicação muito humana feita a título particular para convencê-lo a resolver a questão como juridicamente é permitido”, explica.

A primeira carta, sete páginas cheias, chegou em julho de 2009, endereçada a Maria José Morgado. Foi processada pela equipa, tal como dezenas de outros pedidos que diariamente chegam para a diretora do DIAP. “Todas as cartas são analisadas, respondidas e encaminhadas para outros serviços, se for caso disso”, explica Glória Alves.

Mas o caso de Júlio era diferente, pela repetida vontade de se suicidar caso não conseguisse reverter a sentença. “Começámos então a tentar dar-lhe algum alento”, explica o inspetor, que se tornou o ‘confidente’ mais regular.

Tempos para bodes expiatórios

Nos *e-mails* que troca com o irmão Miguel e com um amigo, Júlio refere o conteúdo dessa correspondência. As respostas marcam posições, estão construídas para alimentar esperanças e revelam um envolvimento nada habitual no MP. “Li o relatório de investigação e falei com as inspetoras que investigaram e elas e eles também têm dúvidas. Mas os tempos estão propícios para apanharmos bodes expiatórios para servirem de exemplo, não é? Um processo-crime não é, nunca, um produto acabado. Pode voltar sempre à vida com a apresentação de novos elementos. Pense bem. Lamento, mas nada podíamos fazer no seu processo. Só o seu advogado”, lê-se numa carta de junho.

Júlio ouviu-os, mas estava decidido. “Eles no MP hoje acreditam que algo está errado mas não há saídas legais possíveis. Aham que devo voltar para Portugal, ir preso e esperar novos elementos que conduzam à reabertura do processo. Colocaram-se à disposição para me ajudar, mas a prisão não é, como nunca foi, opção para mim”.